



CEM

CEM Research Briefing N.3 - Setembro/2013

Pesquisa - Projeto Redes sociais, sociabilidade e segregação, Prof. Livre-Docente Eduardo Marques

I. Introdução

A pobreza e as desigualdades sociais estão entre os principais problemas brasileiros. O assunto tem sido analisado de forma intensa no Brasil, mas com uma visão centrada nos atributos dos indivíduos ou no funcionamento de grandes estruturas de oportunidades como o mercado de trabalho ou a oferta de políticas de transferência direta de renda. Em termos internacionais, diferentemente, a literatura tem incorporado dimensões relacionais, mas partindo de uma visão excessivamente normativa das redes, influenciada pela ideia de capital social. A pesquisa “Redes sociais, sociabilidade e segregação” parte da premissa de que pobreza representa ausência relativa de bem estar, sendo, portanto, influenciada não apenas pelas características dos indivíduos, mas também por seus diferentes acessos a oportunidades. Esses acessos são influenciados pelas conexões dos indivíduos entre si e com as estruturas que provêm bem-estar – o mercado, o Estado e a sociabilidade cotidiana. Nesse sentido, situações de pobreza podem ser provocadas por um maior ou menor isolamento social causado pela segregação residencial ou por padrões de relações cotidianas mais ou menos inclusivas. Para melhor compreendermos a pobreza e as desigualdades sociais, portanto, precisamos integrar as redes e a segregação às explicações do fenômeno, sem partir de pressupostos normativos.

II. Metodologia

A investigação partiu do levantamento de 352 redes pessoais de indivíduos em situação de pobreza urbana que habitam 7 diferentes locais em São Paulo – Favela do Jaguaré, Favela de Paraisópolis, Favela Vila Nova Esperança (Taboão da Serra), Jardim Ângela, cortiços da área central, Favela Guinle (Guarulhos) e Cidade Tiradentes – e 5 localizações em Salvador – Nordeste de Amaralina, Favela da Paz, Curuzu, Enseada dos Cabritos e cortiços do Pelourinho. Além disso, foram estudadas 30 redes pessoais de classe média em São Paulo, de forma a constituir um padrão de comparação. A escolha dos locais representou a diversidade das situações habitacionais e de segregação urbana.

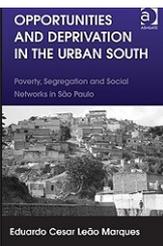
Em cada um dos locais foram realizadas entrevistas nas ruas ou em moradias em dias de semana e fins de semana. As entrevistas eram egocentradas (perguntando a um dado indivíduo sobre sua própria rede) e incluíam duas partes. Em uma primeira foi aplicado um questionário semiestruturado a respeito das dinâmicas familiares, educacionais, ocupacionais e migratórias dos indivíduos. Em seguida, aplicou-se uma ferramenta de gerador de nomes focada na sociabilidade dos indivíduos, organizada por esferas de sociabilidade e contando com várias rodadas sucessivas quando surgiam novos nomes. Ao final, foram levantados alguns atributos dos indivíduos presentes nas redes.

Uma segunda etapa da pesquisa retornou a 40 entrevistados nas duas cidades para investigar como eles mobilizam suas redes para a solução de problemas cotidianos e acessam bem e serviços através de ajuda social, como informações sobre emprego, cuidados com crianças e idosos, etc.

A aplicação de técnicas de análise de redes sociais aos dados quantitativos e técnicas qualitativas às informações da segunda rodada de entrevistas representaram a matéria prima da pesquisa.

III. Principais resultados

As redes de indivíduos em situação de pobreza se mostraram, em média, menores, menos variadas em sociabilidade, mais locais e mais centradas na vizinhança do que as redes de classe média. Para além dessas características médias, entretanto, variavam substancialmente dentre de cada grupo. Essa variação é influenciada por várias características dos indivíduos como idade, estrutura familiar, condição migratória e de trabalho, entre outras. Análise quantitativa, entretanto, permitiu delimitar tipos de redes e de sociabilidade, que variaram segundo o grau de similaridade social entre o indivíduo e os seus contatos e o maior ou menor localismo das redes (proporção de indivíduos que habita o mesmo



local de moradia). Esses tipos se mostraram como um dos elementos mais associados à probabilidade de ter emprego, ter emprego com alguma estabilidade e estar em situação socialmente vulnerável, assim como ter renda mais alta. Os rendimentos se encontraram associados à segregação urbana, indicando que certos indivíduos realmente conseguem combater os efeitos de isolamento social produzido pela segregação espacial através de redes variadas e pouco locais.

As informações qualitativas indicaram que tais ajudas são veiculadas por uma combinação entre o custo da ajuda (financeiro e em tempo e mobilização pessoal) e grau de confiança presente nos vínculos, que por sua vez é influenciado pela frequência do contato, mas também por tipo e pela força do vínculo. Tais dinâmicas indicam a existência de mecanismos de perpetuação da pobreza embutidos na operação cotidiana das redes e que tornam as redes dos mais pobres entre os pobres menos abrangentes e variadas socialmente e mais locais. Como consequência, tais indivíduos tendem a acessar menos bens e serviços, tanto via mercado quanto por ajuda social, contribuindo para a perpetuação da pobreza e das desigualdades de forma persistente.

IV. Implicações para as políticas públicas

Como as políticas de combate à pobreza são baseadas em nossas representações sobre o fenômeno, todas essas questões têm consequências práticas importantes para as ações do Estado. É evidente que a discussão das redes sociais nas políticas não significa de forma alguma a substituição das políticas sociais tradicionais, como de educação e transferência de renda ou orientadas ao mercado de trabalho.

Dito isso, são inúmeras e ainda pouco exploradas as conexões entre políticas sociais e redes. Primeiramente, as políticas podem tirar proveito, para a sua implementação, de determinados tipos de redes individuais existentes em comunidades pobres, como já fazem programas como os agentes comunitário de saúde do programa de saúde da família ou o conveniamento de Ongs ligadas às demandas nos programas de combate à Aids.

Além disso, podem fazer sentido iniciativas de combate à pobreza que envolvam incentivos à constituição de certos tipos de rede ou o combate a certos mecanismos. A pesquisa sugere que não se trata de incentivar apenas a constituição de vínculos em geral, como sugerem algumas políticas recentes, pois redes grandes, mas locais e baseadas em vínculos primários, pouco ou nada contribuem para a mudança na situação social dos indivíduos. Os únicos indivíduos que tendem a ser beneficiados por iniciativas meramente locais (e homofílicas) são os praticamente isolados (como os idosos), cujas redes são tão pequenas que a sua mera ampliação já pode trazer efeitos importantes em termos de acesso e apoio social. De uma forma geral, os elementos que devem ser incentivados estão associados a sociabilidades menos homofílicas e locais, e que possam gerar contatos com indivíduos diferentes do ego (em várias dimensões).

V. Publicações de referência

Livros:

MARQUES, E. 2012. *Opportunities and deprivation in the Global South: Poverty, segregation and social networks in São Paulo*. Londres: Ashgate Pub.

Artigos:

BICHIR, R.; MARQUES, E. Poverty and sociability in Brazilian metropolises: comparing poor people's personal networks in São Paulo and Salvador. *Connections*, Vol. 32 (1), p. 20-32.

MARQUES, E. 2012. Social networks matter in gaining access to goods and services obtained from outside markets. *International Journal of Sociology*, v. 41, p. 10-27.

Centro de Estudos da Metrópole - CEM

www.fflch.usp.br/centrodametropole/

www.centrodametropole.org.br

